



Boletim Informativo dos Núcleos

Julho/2023



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SUMÁRIO

3 NUDDH

6 NUDECA

11 NUDECONTU

19 NUDEFAM

23 NUDEPED

25 NUDEPID

30 NUDIVERSI

33 NUDDS

NUDDH

NOTÍCIAS RECENTES

Diálogo entre Cortes de Direitos Humanos constrói bases para preservar democracias.

[Leia +](#)

STF proíbe remoção forçada de pessoas em situação de rua.

[Leia +](#)

O Dia Nacional de Combate à Tortura foi instituído no Brasil no dia 14 de julho de 2015, pela Lei Federal 4.071/2015, motivado pelo caso do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza.

[Leia +](#)

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa gaúcha promove oitivas sobre violência policial e política e racismo em casa noturna no 4º Distrito.

[Leia +](#)

Caso Rai: audiências na Justiça Militar do RS são suspensas após pedido da defesa de um dos réus.

[Leia +](#)

Técnica de tortura em que os dedos das mãos de pessoas encarceradas são fraturados já foi identificada em cinco estados pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT).

[Leia +](#)

30 anos da Chacina da Candelária: relembre o massacre que matou oito jovens. Três policiais e um ex-PM foram condenados pela chacina.

[Leia +](#)

Trabalhadores em situação análoga à escravidão são resgatados na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Leia +

Agentes celebram e fazem ‘contagem de mortes’ em operação em meio a relatos de tortura no Guarujá (SP): ‘Hoje as pessoas vão morrer’.

Leia +

Prefeituras afirmam cumprir políticas para população em situação de rua, mas admitem desafio. O GLOBO questionou as principais capitais brasileiras após determinação do STF que obriga municípios, estados e o próprio governo federal a apresentarem planos e diagnósticos precisos sobre o tema em 120 dias.

Leia +

Assistência Social do RS reúne municípios para alinhar ações de atendimento às pessoas em situação de rua.

Leia +

Pedidos de refúgio aumentam mais de 15 vezes no RS em um ano.

Leia +

Sancionada lei que institui políticas municipais para migrantes em Porto Alegre..

Leia +

ATUAÇÃO DO NÚCLEO

33ª Edição da Revista da Defensoria Pública do RS aborda temas como violência policial

Na 33ª edição da Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, publicação organizada pelo Centro de Estudos, de Capacitação e de Aperfeiçoamento da DPE/RS (CECADEP), os artigos abordaram a atuação da Defensoria na garantia de acesso à saúde pública; o papel constitucional da Defensoria Pública, contemplando a existência de uma Defensoria do Povo; e a importância da DPE na defesa de direitos de grupos sociais vulnerabilizados, como os LGBTQIAP+, com enfoque na atuação que resultou na autorização da retificação extrajudicial do registro civil de pessoas não-binárias. Além destes, foram trazidos temas como a violência policial e a inadequada distribuição de cidadania no campo da segurança pública; a abordagem policial e a necessidade de critérios não subjetivos para definição do suspeito e as políticas relativas às drogas, responsáveis por aumento significativo no encarceramento; entre outros.

[Leia +](#)

Dezenas de pessoas em situação de rua são atendidas pela DPE/RS, em Porto Alegre

No dia 31 de julho, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS) promoveu um mutirão de atendimento jurídico individual, durante a manhã, destinado às pessoas em situação de rua. A ação foi realizada no Centro POP 1, localizado na avenida João Pessoa, 2384, no bairro Farroupilha. A assistência jurídica se deu a fim de que este grupo possa compreender seus direitos e deveres, principalmente nas áreas de direito do trabalho, saúde e família.

[Leia +](#)

NUDECA

ATUAÇÃO DO NÚCLEO

As Defensoras Públicas dirigentes do NUDECA, Andreia Paz Rodrigues, e do NUDEM, Liseane Hartmann, receberam a diretora da ONG Amada Helena, Tatiana Maffini, e juntas participaram da colagem dos cartazes na sede administrativa da Defensoria Pública.

A ação faz parte também da Semana Gaúcha do Luto Parental e estimula a reflexão acerca da Lei Helena Maffini (Lei 15.895/2022) que estabelece procedimentos

a serem adotados nos casos de perda gestacional, natimorto e perda neonatal nos serviços públicos e privados de saúde contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), bem como busca conscientizar e orientar os profissionais de saúde e a sociedade sobre a importância e a sensibilidade do assunto no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.



Leia +



No dia 20 de julho, no auditório do Ministério Público/RS, a Defensora Pública dirigente do NUDECA, Andreia Paz Rodrigues, palestrou no seminário híbrido estadual “33 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: Reflexões e Desafios”, que tinha como objetivo debater sobre as conquistas alcançadas ao longo dessas três décadas e os desafios que ainda precisam ser efetivados.



A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio dos Núcleos de Defesa do Consumidor e Tutelas Coletivas (NUDECONTU) e de Defesa da Criança e do Adolescente (NUDECA), realizou, no último dia 26, mutirão de atendimentos e orientação jurídica no Centro Vida Humanística, no bairro Rubem Berta, na Capital.

Segundo a dirigente do NUDECA, Andreia Paz Rodrigues, a iniciativa teve como ponto de partida a alta procura pelas demandas de vagas em escolas de educação infantil e de regularização de energia elétrica.

[Leia +](#)

ATUALIZAÇÕES LEGISLATIVAS

Agosto é o Mês da Primeira Infância

Com a sanção da Lei 14.617/2023, agosto passa a ser o Mês da Primeira Infância. A nova norma foi publicada em 11 de julho e já está em vigor. Entre as regras está a promoção de ações de conscientização sobre a importância de atenção integral às gestantes e às crianças de até 6 anos de idade e às suas famílias.

[Leia +](#)

Lei institui Dia Nacional de Conscientização sobre a Paternidade Responsável

Foi sancionada a Lei 14.623/2023 que institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Paternidade Responsável, a ser comemorado, anualmente, em 14 de agosto.

A data tem por objetivo “conscientizar a sociedade a respeito dos direitos, deveres e obrigações de ordem material, social, moral e afetiva que decorrem dos vínculos paterno-filiais e materno-filiais, gerando famílias com vínculos familiares mais fortes”.

[Leia +](#)

NOTÍCIAS RECENTES

Comissão aprova projeto que permite à Defensoria Pública representar contra entidade que atende criança

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 755/19, que inclui a Defensoria Pública entre os órgãos legitimados para propor representação com o objetivo de apurar irregularidades em entidade governamental e não governamental de atendimento a crianças e adolescentes.

Leia +

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa 33 anos

O ECA completou 33 anos no dia 13 de julho reafirmando a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado em garantir condições para o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Nesse sentido, o ECA garante direitos a meninas e meninos, que passam a ter acesso à cidadania e proteção social.

Leia +

Governo do Estado investirá R\$ 1,6 bilhão na primeira infância em 2023

Na reunião mensal do Comitê Estadual Intersetorial pela Primeira Infância (CEIPI), realizada no dia 19/07, o vice-governador e coordenador do comitê, Gabriel Souza, apresentou o orçamento de 2023 para as ações pela primeira infância, que totaliza R\$ 1,6 bilhão.

O mapeamento, inédito no Brasil, integra os esforços da gestão em promover o cuidado integral das crianças desde a fase da gestação até os seis anos de idade, destinando recursos para o programa Primeira Infância Melhor (PIM) e a implementação de políticas de atenção integral à saúde da criança e de assistência farmacêutica.

Leia +

Projeto de Lei obriga Varas da Infância e Juventude a oferecerem programas de apadrinhamento

Está em análise na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 1.077/2023, segundo o qual o apadrinhamento de crianças e adolescentes que vivem em instituições de acolhimento deverá ser disponibilizado em todas as Varas da Infância e Juventude, cabendo ao Ministério Público zelar pela implantação desses programas.

Leia +

Projeto institui a Semana Nacional do Mutirão Direito a Ter Pai, em outubro

O Projeto de Lei 1441/23 institui a “Semana Nacional do Mutirão Direito a Ter Pai”, a ser realizada na semana do dia 12 de outubro, com o objetivo é disseminar informações sobre a paternidade e maternidade responsáveis e concentrar esforços para facilitar o reconhecimento de paternidade e maternidade.

Leia +

Projeto prioriza crianças vítimas de abuso sexual em atendimento psicológico na rede pública

O Projeto de Lei 1096/23 busca conferir prioridade no atendimento psicológico na rede pública a crianças e adolescentes que tenham sofrido abuso ou exploração sexual. Em análise na Câmara dos Deputados, o texto insere a medida no Estatuto da Criança e do Adolescente. A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Saúde; de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Leia +



Em 17/07/2023 foi publicada a Lei nº 14.624, que altera a LBI e institui o cordão de girassol como identificação de deficiências ocultas.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023

MAIOR NÚMERO DE ESTUPROS DA HISTÓRIA



ONDE OCORREM



O Fórum Brasileiro de Segurança Pública publicou recentemente o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, cujo inteiro teor está disponível pelo link: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>

Dentre os dados mais impactantes está o maior número de estupros da história e dentre eles, foram registrados 56.820 casos de estupros de vulneráveis:

DICAS CULTURAIS

Um Crime Entre Nós - 2020

Existe um mercado no qual se troca infância por qualquer coisa menos valiosa. Todos sabem que ele existe, mas parece que fácil de ignorar. O Brasil é o segundo país no ranking mundial dos casos de exploração sexual infantil. Passando por universos reais e virtuais, “Um Crime Entre Nós” é um olhar ousado e provocativo para a luta pelo fim da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fV1RmtYXsKU>



é

NUDECONTU

Julgado destaque do STJ – Edição Extraordinária de Direito Privado nº 12, de 25 de julho de 2023.

Tema

Emissão de boleto fraudulento. Responsabilidade da instituição financeira. Ausência. Falha na prestação dos serviços. Inexistência. Fato exclusivo de terceiro.

REsp 2.046.026-RJ, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 13/6/2023, DJe 27/6/2023.

Destaque

A emissão, por terceiro, de boleto fraudado, configura fato exclusivo de terceiro somente quando evidenciado o nexo causal entre as atividades desempenhadas pela instituição financeira e o dano vivenciado pelo consumidor.

Leia +

NOTÍCIAS RECENTES

Golpe do Desenrola Brasil: como identificar e se prevenir?

Após o lançamento do programa Desenrola Brasil, que pode beneficiar até 70 milhões de pessoas endividadadas e com o nome negativado em serviços de proteção ao crédito, como o Serasa e SPC Brasil, diversos golpes e falsas promessas de renegociação de dívidas estão circulando na internet.

Para que você não caia nesses golpes, preparamos esse conteúdo com dicas de como se proteger dos criminosos que estão divulgando links falsos para tentar “roubar” dados pessoais e obter pagamentos dos endividadados.

Leia +

Casal em lua de mel que teve hospedagem cancelada por operadora de turismo será indenizado por danos morais. Reparação também inclui ressarcimento do investimento

A 34ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo confirmou, em sua totalidade, decisão da 3ª Vara Cível do Foro Regional de Santana, na Capital, que condenou uma operadora de turismo pelo cancelamento indevido da reserva de hospedagem de um casal que viajava em lua de mel. Além do ressarcimento do valor investido na compra, cada autor será indenizado em R\$ 5 mil, a título de danos morais.

Leia +

Mulher vítima de fraude ganha na Justiça direito de cancelar e ter novo CPF

Contribuinte teve, por 5 anos, dados do documento usados por terceiros para abrir empresas, conta bancária e compras em lojas. Uma contribuinte obteve na Justiça o direito de cancelar o CPF e ter a emissão de um segundo número do Cadastro de Pessoas Físicas ao comprovar que os dados do primeiro documento foram usados por terceiros em atos fraudulentos.

Leia +

1ª empresa é multada no Brasil por violar dados: 'LGPD avança, mas demorou.'

A primeira multa pelo descumprimento de determinações da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) foi aplicada no Brasil. Foram duas sanções administrativas de R\$ 7.200, cada, totalizando R\$ 14.400, à Telekall Infoservice, do ramo de telefonia, sediada em Vila Velha (ES).

Leia +

Juiz arquiva ação alegando que macarrão levou mais de 3,5 minutos para ser feito

Um juiz federal rejeitou na quinta-feira um processo acusando a empresa Kraft Heinz de enganar os consumidores ao prometer que leva apenas 3 minutos e meio para preparar uma xícara de macarrão com queijo Velveeta para micro-ondas.

Leia +

Banco indenizará em R\$ 8 mil vítima de fraude em financiamento

“Instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros”, afirmou o magistrado. Juiz de Direito Otacílio de Mesquita Zago, da 4ª UPJ das varas Cíveis e Ambientais de Goiânia/GO, condenou um banco ao pagamento de R\$ 8 mil a vítima de fraude em contrato de financiamento. Segundo o magistrado, cabia à instituição financeira comprovar a veracidade do documento, o que não ocorreu.

[**Leia +**](#)

Docinho com inseto e consistência distinta gera indenização de R\$ 5 mil para consumidor

Um consumidor que adquiriu e ingeriu doce que continha um inseto em seu interior será indenizado pelo fabricante do produto em R\$ 5 mil. A decisão, prolatada na 1ª Vara da comarca de São Bento do Sul, foi confirmada em julgamento de apelação pela 2ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

[**Leia +**](#)

Banco é condenado por permitir saques sem autorização de cliente

Cliente será indenizada por banco após operações bancárias em sua conta terem sido realizadas sem sua autorização. Acórdão proferido pela 12ª câmara de Direito Privado do TJ/SP confirmou sentença que condenou a financeira a devolver valores sacados indevidamente.

No caso, a cliente alegou que transferências bancárias foram realizadas a partir de sua conta, sem autorização. Por sua vez, o banco alegou que não teria responsabilidade, já que as operações bancárias só poderiam ser realizadas com a senha pessoal da titular da conta.

[**Leia +**](#)

Execução de dívida é suspensa por ação paralela de superendividamento.

Pelo risco de prejudicialidade externa, a Unidade Estadual de Direito Bancário do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC) determinou a suspensão da execução de uma dívida de R\$ 124,5 mil de instituição financeira em razão do ajuizamento prévio de ação de superendividamento por um devedor.

[**Leia +**](#)

Plano de saúde é condenado a fornecer canabidiol a criança autista.

A Súmula 469 do Superior Tribunal de Justiça determina que é aplicável o Código de Defesa do Consumidor aos planos de saúde. Nesse contexto, são consideradas abusivas as cláusulas contratuais que coloquem o consumidor em desvantagem excessiva e contrariem a boa-fé e a função social do contrato.

Leia +

Plataforma de vendas deve indenizar por bloqueio injustificado de cadastro.

Ainda que uma irregularidade em relação aos termos de serviços seja constatada, fica incumbido à empresa de comércio eletrônico, por questão principiológica, permitir à loja associada o contraditório, bem como resgatar os seus créditos e honrar compromissos já assumidos com terceiros.

Leia +

Problemas com voos nas férias de julho? Saiba os direitos do consumidor.

Com aumento da movimentação nos aeroportos durante o período, dificuldades são mais frequentes. Especialista em voos e Secretária-adjunta da Comissão de Direito do Consumidor traz informações.

Leia +

Consumidor pode escolher onde mover ação contra corretora de criptomoedas.

A cláusula de eleição de foro que impede o cliente de acionar a Justiça na comarca em que reside é abusiva, pois causa prejuízo ao exercício do direito de ação e viola o Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Leia +

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Lei 14.612, de 3 de julho de 2023

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), para incluir o assédio moral, o assédio sexual e a discriminação entre as infrações ético-disciplinares no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil.

Leia +

Decreto nº 11.599, de 12.7.2023

Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Leia +

Decreto nº 11.598, de 12 de julho de 2023

Regulamenta o art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização.

Leia +

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Lei Complementar nº 15.970, de 07 de julho de 2023.

Altera a Lei Complementar nº 12.066, de 29 de março de 2004, que dispõe sobre o Fundo de Assistência à Saúde – FAS/RS, e dá outras providências, e a lei complementar nº 15.145, de 5 de abril de 2018, que dispõe sobre o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul – Sistema IPE Saúde –, altera a Lei Complementar nº 12.066, de 29 de março de 2004, que dispõe sobre o Fundo de Assistência à Saúde – FAS/RS, e dá outras providências.

Leia +

Link: Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=73507&hTexto=&Hid_IDNorma=73507

Lei Ordinária

Lei nº 15.977, de 12 de julho de 2023.

Institui auxílio para situações de calamidade ou emergência destinado à população do Estado do Rio Grande do Sul vítima das contingências decorrentes de eventos climáticos.

Leia +

ATUAÇÃO DO NÚCLEO

O Dirigente do NUDECONTU elegeu a Vila Santo André, localizada na Zona Norte da Capital, para que os novos membros, empossados no mês de junho, realizassem um mutirão de atendimento à população. A ação fez parte do Programa de Acolhimento e de Formação de Novas Defensoras e Defensores Públicos. Na ocasião, o público esclareceu dúvidas, recebeu orientações jurídicas e encaminhou demandas nas áreas de atuação da Defensoria, como saúde, consumidor, direitos da mulher, família, criança e adolescente, moradia, direitos humanos e defesa criminal. [Mutirão de atendimentos na Vila Santo André, em 10/07/2023.](#)



E **OA e**
a CEEE-D Grupo Equatorial, estiveram presentes na Vila Santo André, a
fim de prestar atendimento à comunidade., que inicialmente buscou a
Câmara de Vereadores de Porto Alegre para fazer uma reclamação em
face da distribuidora de energia. Na oportunidade, os consumidores receberam orientações sobre o procedimento de regularização de energia elétrica e solicitaram a renegociação dos débitos desproporcionais recebidos para pagamento, após a rede de energia elétrica sem implantada no local.



O Dirigente do Núcleo do Consumidor e de Tutelas Coletivas da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), Defensor Público Rafael Pedro Magagnin, concedeu entrevista à repórter Augustine Timm, tangente à falta de energia elétrica principalmente na Região Sul do RS, uma vez que, após nove dias do último ciclone, ocorrido em 13/07, há locais que registram, ainda, 900 pontos sem luz. O dirigente informa que não descarta a hipótese de se ingressar com uma Ação Civil Pública em face da CEEE-D Grupo Equatorial Energia pelo não restabelecimento do serviço, e orienta os consumidores que estão sofrendo com os impactos do evento, a procurarem imediatamente a Defensoria Pública, munidos dos registros de protocolo, reclamações de queda, aviso da suspensão de energia elétrica e pedidos de ressarcimento pelos prejuízos sofridos que foram efetuados pelos consumidores por meio dos canais de atendimento da distribuidora. A matéria foi veiculada no RBS Notícias, no dia 21/07/2023. [RBS Notícias](#).



Em 26 de julho, o Núcleo de Defesa do Consumidor e de Tutelas Coletivas (NUDECONTU), em conjunto com o Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente (NUDECA) e a CEEE-D Grupo Equatorial, realizaram mutirão de atendimento à população da Zona Norte. O principal objetivo da ação do NUDECONTU foi prestar atendimento à população da Vila Amazônia, a comunidade é localizada nas adjacências do Centro Vida. Os consumidores receberam orientações sobre o procedimento de regularização de energia elétrica e buscaram o núcleo para efetuar a renegociação das elevadas cobranças que receberam após o procedimento de regularização da rede de energia no local. [Mutirão de atendimento à Vila Amazônia, no Centro Vida, em 26/07/23.](#)



NUDEFAM

JURISPRUDÊNCIAS

Superior Tribunal de Justiça decide que filho pode atuar como testemunha no processo de divórcio dos pais

De forma unânime, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu que os filhos comuns do casal podem prestar depoimento na condição de testemunha em processo de divórcio dos pais.

A Turma considerou que o impedimento previsto no art. 447, § 2º, I, do Código de Processo Civil, diz respeito à testemunha que possua vínculo com apenas uma das partes, mas que, no caso de filhos em relação aos pais, o parentesco é idêntico quanto a ambos.

[Leia +](#)

Filhos incapazes de falecido poderão levantar valores previdenciários módicos depositados em poupança

Primando pelo melhor interesse da criança, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça concedeu a duas crianças, mediante representação pela genitora, o direito de levantarem o saldo residual previdenciário depositado judicialmente em poupança de titularidade do pai falecido.

Por intermédio da Defensoria Pública, a mãe dos infantes efetuou o pedido de levantamento do valor de aproximadamente R\$ 1.800,00 armazenado em conta poupança em nome do falecido companheiro e pai das crianças. O pedido foi deferido em primeiro grau, contudo, somente foi autorizada a liberação do alvará quando as crianças atingissem a maioridade.

[Leia +](#)

Prisão do devedor de alimentos não se justifica se não houver possibilidade de eficácia da medida

Por maioria de votos, a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça entendeu que, se o devedor da pensão alimentícia não possui condições de quitar o débito, sua prisão não é justificável. No caso analisado, o executado devia, a título de pensão alimentícia, valor superior a R\$ 40 mil reais à filha e alegou que não conseguiu adimplir a dívida em razão do desemprego.

[Leia +](#)

Paternidade post mortem reconhecida após improcedência em processo transitado em julgado

Paternidade post mortem reconhecida após improcedência em processo transitado em julgado

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul julgou ação de investigação de paternidade cujo pedido já havia sido apreciado em ação ajuizada e julgada improcedente na década de 1970.

A nova demanda foi proposta porque, à época em que tramitou o processo anterior, inexistia prova pericial hábil a comprovar a (in)existência do vínculo sanguíneo de paternidade em relação às partes e, por ausência de provas, o feito foi julgado improcedente. O novo pleito judicial, a despeito da ausência de realização do exame de DNA, foi julgado procedente considerando o acervo probatório, reconhecendo a filiação da demandante em relação ao genitor.

A sentença, que foi objeto de apelação, foi confirmada pela superior instância, em decisão em que se ressaltou a possibilidade de relativização da coisa julgada em situações como a vislumbrada, mormente em razão da viabilidade de realização de exame pericial para comprovação do direito alegado, prova que não existia à época da primeira propositura.

Apelação Cível, Nº 50000348020148210116, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Eduardo Zietlow Duro, Julgado em: 21-07-2023.

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Aprovada a recriação da Frente Parlamentar em Defesa da Família

Com o funcionamento cessado em 2018, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Família e Apoio à Vida será recriada, conforme aprovação do Projeto de Resolução do Senado n.º 14/2023.

A Frente será composta por senadores e deputados e terá como finalidades acompanhar, fiscalizar e promover debates sobre os programas e as políticas públicas governamentais destinados à proteção e à garantia dos direitos à vida, da família, da criança e do adolescente; apoiar instituições interessadas no assunto nos âmbitos estadual e municipal; promover intercâmbio com entes assemelhados de Parlamentos de outros países; e atuar como *amicus curiae* em ações relacionadas à temática de defesa da vida e da família no Supremo Tribunal Federal (STF).

Leia +

Incentivo à Paternidade Responsável

Com o intuito de conscientizar a sociedade quanto aos direitos, deveres e obrigações oriundas dos vínculos paterno-filiais e materno-filiais, foi sancionada a Lei 14.623/23, que institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Paternidade Responsável.

No projeto original, a data escolhida era 15 de maio, contudo, o projeto substitutivo apresentado pela deputada relatora Dra. Soraya Manato (PTB-ES) sugeriu que a celebração ocorresse em agosto, mês em que se comemora o Dia dos Pais.

Leia +

União estável

Tramitam na Câmara dos Deputados dois projetos de lei versando acerca da união estável.

O Projeto de Lei 1345/23, proposto pela deputada Caroline de Toni (PL-SC), fixa o prazo de dois anos para uma das partes pleitear o reconhecimento da dissolução de união estável, para fins patrimoniais, sob pena de prescrição. O projeto ainda prevê que o referido período começa a ser contado após a dissolução do vínculo por vontade de uma das partes. O texto, se aprovado, trará alterações no Código Civil e na Lei 9.278/96.

Ainda, o PL 494/23 prevê a obrigatoriedade do registro em cartório do contrato de união estável, caso seja firmado pelo casal. Atualmente, o contrato de convivência – usado mormente para fixar o regime de bens da união – não é obrigatório.

PL1345/23**PL494/23**

Projeto de Lei garante registro de dupla maternidade ou paternidade a casais homoafetivos

De autoria da deputada Maria do Rosário (PT-RS), a proposta, se aprovada, trará alterações à Lei de Registros Públicos, permitindo que casais homoafetivos registrem seus filhos com dupla maternidade ou paternidade, independente do estado civil. Atualmente, somente é possível registrar um dos membros do casal como mãe ou pai, permanecendo o outro apenas com o vínculo socioafetivo, sem qualquer registro formal.

Leia +

DICAS CULTURAIS



Livro: A VIDA NÃO É JUSTA – Andréa Pachá, editora Intrínseca

Após quase vinte anos atuando como magistrada em uma Vara de Família, Andréa Pachá transformou em tocantes histórias sua vivência profissional. Observando conflitos familiares levados ao judiciário e a necessidade de compreender as questões e emoções que levavam as famílias a desentendimentos diversos – desde um divórcio até uma partilha de bens –, a autora traz, em forma de crônicas, diversas situações vivenciadas em audiências e gabinete.

De finais tristes até os mais alegres e inesperados, a obra apresenta uma leitura envolvente e humana, garantindo desfechos emocionantes e lições valiosas.

NUDEPED

NOTÍCIAS RECENTES

Consumidores com autismo e as práticas abusivas dos planos de saúde

Leia +

Plano de saúde é condenado a fornecer canabidiol a criança autista

Leia +

TRT-15 decide que cumprimento de cotas para contratação de PCD comporta exceções

Leia +

Judiciário pode intervir e garantir auxiliar de sala para criança com autismo

Leia +

MPF obtém decisão no STJ que reconhece direito ao benefício de prestação continuada para pessoa com deficiência mental em grau leve

Leia +

Obrigações dos planos de saúde de custear o tratamento de crianças autistas, incluindo tratamentos terapêuticos: legislação e jurisprudência brasileira

Leia +

ATUAÇÃO DO NÚCLEO

Após pedido da DPE/RS, vereadores de poa aprovam PL que torna RG prova de deficiência permanente para acesso a serviços públicos

Os vereadores da capital gaúcha aprovaram, em 05 de julho, um projeto de lei (PL) que permite a apresentação da carteira de identidade como meio de prova de uma deficiência permanente para a solicitação de serviços públicos. Na nova carteira, é possível incluir a informação da condição de saúde por meio da Classificação Internacional de Doenças (CID) e do símbolo respectivo. A medida atende pedido feito pela defensora pública Aline Palermo Guimarães, através do Núcleo de Defesa da Pessoa com Deficiência (NUDEPED).

Leia +

DPE/RS realiza mutirão de orientação e emissão de documentos para pessoas com deficiência

A Defensoria Pública do Estado (DPE/RS) realizou, no dia 06 de julho, um mutirão para orientações e emissão de documentos para pessoas com deficiência. Os trabalhos ocorreram na sede do Instituto Geral de Perícias (IGP), em Porto Alegre, e foram realizados em parceria com a Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PcD e PcAH no RS (FADERS), Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEPEDE) e com o IGP.

Leia +

Atuação da Defensoria Pública em casos de TEA é tema de palestra em Capela de Santana

A defensora pública-chefe de Gabinete, Regina Célia Rizzon Borges de Medeiros, participou, no dia 14 de julho, do Seminário Troca de Experiências, em Capela de Santana. O evento teve como pauta o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Leia +

NUDEPID

ATUAÇÃO DO NÚCLEO

Palestra no evento Cidade Cuidadora, em Santa Cruz/RS

No dia 05/07/2023, o Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa, por meio de sua dirigente, Mariana Fenalti Salla, participou de uma palestra no evento “Cidade Cuidadora”, no município de Santa Cruz/RS. Na ocasião, foi ministrada palestra sobre Violência contra a Pessoa Idosa e foram distribuídas as cartilhas sobre os direitos da pessoa idosa da Defensoria Pública.

Palestra sobre superendividamento no CENTRO POP



No dia 24 de julho de 2023, a dirigente do Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa participou de um encontro que teve como tema o superendividamento no Centro Pop II. Os participantes conversaram com as defensoras públicas Ana Carolina Sampaio Pinheiro de Castro Zacher, coordenadora da Câmara de Conciliação Cível; Mariana Fenalti Salla, dirigente do Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa; e Alice Backes de Leon, dirigente do Núcleo de Defesa Ambiental.

Entrevista para a TV da Assembleia Legislativa do RS – Programa Democracia

No dia 25/07/23, a dirigente do Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa, Mariana Fenalti Salla, concedeu entrevista para o Programa Democracia, da TV Assembleia Legislativa do RS. Na oportunidade, houve um bate papo sobre os 20 anos do Estatuto da Pessoa Idosa.



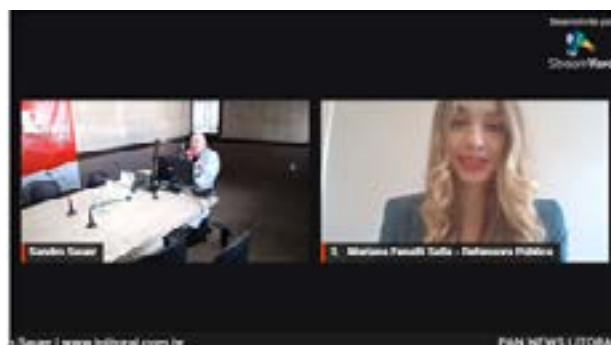


Entrevista para a AGERT

A dirigente do Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa, Mariana Fenalti Salla, concedeu entrevista para a Rádio Agert, no dia 26/07/23, que distribui o material para 365 rádios em todo o Rio Grande do Sul. Na oportunidade, foram abordados os temas discutidos na oficina da pessoa idosa.

Entrevista para a Jovem Pan

Na Jovem Pan News Litoral, no dia 27/07/2023, a Defensora Pública Mariana Fenalti Salla concedeu entrevista na qual foi abordado o tema da Oficina da Pessoa Idosa.



Oficina da Pessoa Idosa

No dia 28/07/2023, foi realizada mais uma edição da Oficina da Pessoa Idosa, com a participação ativa dos cidadãos e cidadãs atendidos pelos CRAS e CREAS de diversas comarcas do Estado, dos Conselhos Municipais do Idoso e das Secretarias de Desenvolvimento Social, levando a educação em direitos às pessoas idosas e seus familiares em todo o Estado do Rio Grande do Sul.



Reunião do Comitê Interinstitucional da Pessoa Idosa

No dia 06/07/2023, o Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa participou da reunião do Comitê Interinstitucional da Pessoa Idosa.

Reunião da Comissão de Normas do CEI

No dia 20/07/2023, o Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa participou de reunião da Comissão de Normas do Conselho Estadual da Pessoa Idosa.

Reunião Plenária do CEI

O Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa participou, no dia 20/07/2023, da Plenária do Conselho Estadual da Pessoa Idosa.

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Projeto de Lei nº 343, de 2023

Cria o Selo Empresa Amiga do Trabalhador no Estado do Rio Grande do Sul, que busca contratar jovens sem experiência comprovada na carteira de trabalho e trabalhadores com mais de 60 anos de idade, bem como aquela que incentiva a manutenção dos trabalhadores nas vagas de trabalho já preenchidas. O projeto de lei encontra-se com status de autuado em 14/07/2023.

Projeto de Lei nº 3427, de 2023

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei nº 14.606, de 20 de junho de 2023, para dispor sobre a prioridade de atendimento e a identificação da pessoa com doença de Parkinson. Atualmente, o projeto de lei está aguardando designação de Relator.

Projeto de Lei nº 3618, de 2023

Altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para possibilitar ao doador de recursos aos fundos da pessoa idosa a indicação da destinação desses recursos, na forma que especifica. Atualmente, projeto de lei está aguardando despacho da Casa Iniciadora, Senado.

Projeto de Lei nº 351, de 2023

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa, para estabelecer que as instituições de longa permanência de pessoas idosas são caracterizadas concomitantemente como entidades da área da saúde e da área da assistência social. Atualmente, o projeto de lei está aguardando despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.

NOTÍCIAS

Violência contra idoso cresce 38% no Brasil, diz levantamento

Um levantamento da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos aponta que houve um aumento de 38% nos casos de violência contra pessoas idosas no primeiro semestre de 2023 em relação ao mesmo período do ano passado. Foram mais de 65 mil denúncias e o crescimento foi registrado em todos os estados do Brasil e no Distrito Federal.

Leia +

Brasil tem mais da metade dos idosos a partir de 80 anos com alguma deficiência

Estudo divulgado mostra que mais da metade dos idosos brasileiros a partir de 80 anos apresenta algum tipo de deficiência. A incidência entre os mais velhos é quase seis vezes maior do que a média geral; no Brasil, 18,6 milhões de pessoas apresentam algum tipo de deficiência, o equivalente a 8,9% da população. Os números foram apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

Leia +

Casa de acolhimento para idosos em Caxias do Sul deve ter entrega parcial em novembro

O prédio que sediará o Recanto da Compaixão Frei Salvador, em Caxias do Sul, deve ser inaugurado parcialmente em novembro. A primeira etapa a ser entregue é o pavimento térreo, com capacidade para receber, já no mesmo mês, até 48 idosos em 13 suítes, além de refeitório, cozinha e espaço de enfermagem. A construção, que é idealizada pelo Projeto Mão Amiga, pretende acolher, no total, até 125 pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Leia +

Estudo encontra novas pistas sobre por que pessoas com 80 anos têm cérebros melhores

No maior estudo observacional até hoje sobre “SuperAgers” – pessoas na faixa dos 80 anos que têm cérebros tão aguçados quanto aqueles 30 anos mais jovens – pesquisadores na Espanha descobriram diferenças importantes no estilo de vida que podem contribuir para as mentes aguçadas desses adultos mais velhos.

Os SuperAgers na pesquisa tinham mais massa cinzenta em partes do cérebro relacionadas ao movimento e pontuaram mais nos testes de agilidade, equilíbrio e mobilidade do que outros idosos – embora níveis de atividade física dos dois grupos fossem os mesmos.

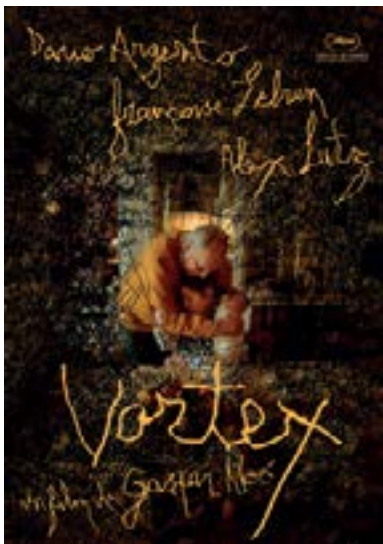
Leia +

Queda de idosos em casa: o que fazer quando acontecer e como evitar

Apesar de ser algo comum, a queda de idosos pode desencadear problemas maiores para o bem estar dos mesmos, o que exige uma atenção especial daqueles que cuidam de pessoas mais velhas em casa. De acordo com Kalache, “Tudo pode acontecer a partir de uma queda”, mas que a gravidade ou não de uma pode depender das circunstâncias de cada queda.

Leia +

DICA CULTURAL



Vórtex

2021, 2h 22min, Drama

Direção: Gaspar Noé

O filme remete-nos para o momento celebratório da existência de cada um. Conta a história de um casal septuagenário pelo ponto de vista de ambos: ele sem desejo de abandonar os seus livros e movido pela necessidade de escrever um filme sobre a memória; ela a lutar com as limitações do Alzheimer. É o oposto, portanto, entre a vida e a morte, a criação e a destruição, o novo e o velho. O filme apresenta uma visão introspectiva da vida, do tempo e daquilo que fazemos com ele.

NUDIVERSI

NOTÍCIAS RECENTES

Empresa é condenada a indenizar trabalhador em R\$ 10 mil por transfobia.

Leia +

Dono de imóvel que rompeu contrato por locatário ser gay deve indenizar.

Leia +

Grupo de trabalho do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania documentará violências históricas contra LGBTQIA+.

Leia +

Aprovada lei em Caxias do Sul para a criação do Dossiê da Violência contra a População LGBTQIA+.

Leia +

Agentes comunitários de Porto Alegre participam de formação em saúde integral LGBTQIA+.

Leia +

Justiça de Goiás autoriza adolescente a ter nome de três mães na certidão de nascimento.

Leia +

Crimes contra LGBTs cresceram quase 54% em 2022. Foram registradas 488 denúncias em 2022, segundo o 17º Anuário Brasileiro da Segurança Pública.

Leia +

TRF4 condena homem por posts homofóbicos e nazistas no Twitter.

Leia +

Justiça determina retirada de vídeo de pastor do YouTube e Instagram.

Leia +

STF: Trans pode cumprir pena em presídio feminino mesmo sem cirurgia.

Leia +

Advogada trans assume a Presidência da Comissão Nacional de Diversidade da OAB.

Leia +

Entidades se manifestam a favor dos direitos de crianças trans e contra projetos de lei transfóbicos.

Leia +

Em 14 de julho é celebrado o Dia Internacional das Pessoas Não Binárias.

Leia +

Conferência Nacional de Saúde aprova fim de cirurgia em bebês intersexo.

Leia +

Como disputa sobre linguagem neutra virou guerra cultural no Brasil.

Leia +

Caixa Econômica Federal é condenada a indenizar mulher trans por violação à identidade de gênero em Alagoas.

Leia +

Quem é o N do LGBTQIAPN+?

Leia +

Peru aprova o casamento LGBTQIA+: veja quais países sul-americanos ainda não permitem união.

Leia +

Apenas 25% das escolas públicas têm projetos de combate à homofobia no Brasil.

Leia +

Pesquisa aponta que falta diversidade em campanhas com pessoas LGBT+.

Leia +

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL:

NA 16ª PARADA DE LUTA LGBTQIA+, DEFENSORIA PÚBLICA ORIENTOU O PÚBLICO SOBRE SEUS DIREITOS



No dia 03 de julho, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS) esteve presente na 16ª edição da Parada de Luta LGBTQIA+, na Orla do Gasômetro, em Porto Alegre. Durante a tarde, representantes dos Núcleos de Defesa dos Direitos Humanos (NUDDH) e da Diversidade Sexual e de Gênero (NUDIVERSI) distribuíram cartilhas e orientaram o público quanto aos seus direitos e as áreas de atuação da

Defensoria. Com o tema “LGBT’s na Rua, A Luta Continua!”, a edição deste ano reforçou a necessidade de constante mobilização e luta pelos direitos da comunidade.

Leia +

NOTÍCIAS RECENTES

Entenda porque é importante participar da Pesquisa Nacional de Saúde Bucal

A Pesquisa Nacional de Saúde Bucal – SB Brasil é a principal forma de avaliar as condições dentárias e bucais da população. Os trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS) estão nas ruas coletando dados para o levantamento, que foi prorrogado até o dia 14 de agosto. O principal foco, neste momento, são crianças de 5 a 12 anos.

[Leia +](#)

SUS vai oferecer três novos medicamentos para tratamento de pessoas com HIV

O Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde (Sectics), após recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), incorporou ao Sistema Único de Saúde (SUS) três medicamentos para o tratamento de pessoas vivendo com HIV (PVHA). Os antirretrovirais que passam a fazer parte da lista do SUS são o darunavir 800 mg (comprimido), o dolutegravir 5 mg (comprimido dispersível) e o raltegravir 100 mg (granulado). A inclusão dos medicamentos ocorreu por meio da publicação, no Diário Oficial da União, das Portarias Sectics/MS nº 34, nº 36 e nº 38, respectivamente.

[Leia +](#)

Anunciada atualização da vacina contra poliomielite a partir de 2024

A Vacina Oral Poliomielite (VOP) será gradualmente substituída pela versão inativada (VIP) do imunizante a partir de 2024. A recomendação foi debatida e aprovada pela Câmara Técnica de Assessoramento em Imunização (CTAI) que considerou as novas evidências científicas para proteção contra a doença. É importante reforçar que essa atualização não representa o fim imediato do imunizante na versão popularmente conhecida como “gotinha” e sim um avanço tecnológico para maior eficácia do esquema vacinal que será feito após um período de transição. O Zé Gotinha, símbolo histórico da importância da vacinação no Brasil, também vai continuar na missão de sensibilizar as crianças, os pais e responsáveis em todo Brasil, participando das ações de imunização e campanhas.

[Leia +](#)

Testes para detecção de clamídia e gonorreia serão ofertados pelo SUS de maneira definitiva

A Rede Nacional de Laboratórios do Sistema Único de Saúde (SUS), distribuída em todo o Brasil, passou a ofertar testes para detecção de clamídia e da bactéria causadora da gonorreia. O diagnóstico precoce e o tratamento correto diminuem os riscos de complicações como infertilidade, doença inflamatória pélvica, gravidez fora do útero, entre outras. A iniciativa está alinhada à estratégia global da Organização Mundial da Saúde (OMS) que visa o fortalecimento da vigilância das infecções sexualmente transmissíveis (IST) e o diagnóstico da incidência dessas doenças na população geral e em grupos mais vulneráveis. Até o momento, o tratamento para clamídia e gonorreia no Brasil vinha sendo feito com base em sinais e sintomas, sem que ocorresse a identificação do patógeno. Os exames são úteis para a testagem de pessoas sem sintomas, permitindo o diagnóstico em tempo oportuno e o tratamento correto.

Leia +

Saúde vai dobrar o número de pacientes com hepatite B em tratamento no Brasil

Será ampliado e simplificado o diagnóstico e tratamento de hepatite B no Sistema Único de Saúde (SUS). A expectativa, com a adoção das novas diretrizes, é mais do que dobrar o número de pessoas em tratamento no Brasil. Atualmente, 41 mil pessoas têm acesso aos medicamentos e esse número pode chegar a 100 mil. As mudanças são baseadas em evidências científicas mais atuais e posicionam a política de combate à doença no Brasil como uma das mais avançadas do mundo.

Leia +

Seis em cada dez brasileiros com hepatite B não receberam diagnóstico. Saiba como identificar a doença

O Brasil tem pouco mais de 276 mil pessoas diagnosticadas com hepatite B, segundo dados divulgados no relatório Hepatites Virais 2023. Entretanto, estima-se que exista pelo menos um milhão de pessoas convivendo com o vírus no país. Isso significa que seis em cada dez infectados não conhecem o próprio quadro de saúde e, portanto, não tiveram a chance de receber tratamento. A campanha “Hepatites, descubra se você tem”, lançada no mês de julho, é um alerta para este público – lembrando que as Hepatites B e C podem não causar sintomas perceptíveis nos primeiros anos após o contágio.

Leia +

EVENTOS

A Dirigente do Núcleo de Defesa da Saúde, Defensora Pública Liliane Paz Deble, participou dos seguintes compromissos:



04.07.2023 – Reunião Ordinária do Comitê de Saúde – CNJ;

05.07.2023 – Reunião Grupo de Trabalho em Fraudes em Saúde;

10.07.2023 – Reunião sobre a implementação da Política Antimanicomial;

11.07.2023 – Mutirão de atendimentos em Sapucaia do Sul;

31.07.2023 – Seminário sobre práticas efetivas em saúde – Comitê de Saúde RS/CNJ.

DICA CULTURAL

Podcast: “Autoconsciente”



“Este é um podcast que entende você, para você entender melhor sua mente e emoções. Para ter uma relação mais leve consigo mesmo, baixando o tom da autocobrança e da autocrítica que ecoam na cabeça. Para que possa encontrar, dentro de você, a paz que está tão difícil de encontrar no mundo. Autoconsciente é um bom lugar para se estar nestes nossos tempos conturbados. Seus episódios retratam situações que todos nós vivemos, com abordagem esclarecedora, acolhedora, que reenergiza. Mais do que um conteúdo, você encontra uma experiência pacificadora.”

Disponível no Spotify

Boletim Informativo dos Núcleos

Projeto Gráfico e Diagramação: Ascom - DPE/RS



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
